



Butiá, 21 de novembro 2023.

SENHORES VEREADORES:

Apresentamos o presente Projeto de Lei, que trata da autorização para a contratação de um Servidor para desempenhar o cargo de Contador na Câmara Municipal de Vereadores, em virtude de concessão de licença-maternidade a ser concedida a seu titular em meados de janeiro/fevereiro de 2024.

A Constituição Federal, no artigo 37, inciso IX¹, trata da possibilidade da contratação temporária e excepcional, a fim de suprir necessidade da Administração Pública em situações que exigem tal excepcionalidade.

No presente caso, em se tratando de uma situação provisória e necessária, visto o Poder Legislativo contar somente com um Contador em seu quadro de pessoal e não haver viabilidade de andamento aos trabalhos sem o seu apoio, justifica-se a adoção da presente medida.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos colegas para a apreciação e para a aprovação da proposição.

Atenciosamente,


Ver. VAGNER ALVES PFUTZE
Presidente

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;



PROJETO DE LEI N.º 4316/2023

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE 1 (UM) CONTADOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e publica a presente lei,

Art. 1º Fica o Presidente do Legislativo autorizado a contratar, por tempo determinado e para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, 01 (um) Contador, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer atividades na Câmara Municipal, com salário base de 4.046,21 (quatro mil quarenta e seis reais e vinte e um centavos).

Parágrafo único. As atribuições e as exigências de provimento para a função citada estão previstas no Anexo I da Lei Municipal n.º 3.053/2015.

Art. 2º O contrato de que trata o art. 1º será de natureza administrativa, pelo período em que perdurar a licença-maternidade da Servidora do quadro efetivo, podendo ser rescindido, a qualquer momento, de acordo com o interesse da administração municipal, ficando assegurados, ainda, ao contratado, os direitos abaixo discriminados:

- I - vencimento conforme art. 1º;
- II - jornada de trabalho, repouso semanal remunerado e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;
- III - férias, conforme legislação vigente, equivalente aos servidores de igual função no quadro permanente do respectivo poder no Município;
- IV - vale-alimentação, conforme lei municipal vigente.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas seguintes dotações e orçamentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE BUTIÁ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2002. Manutenção dos serviços da Câmara e Bancadas
3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
3.1.90.13.00.00.00 – Obrigação patronais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em,

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em,

PAULO WALACE
Secretário Municipal de Administração